



Marcello Averbug

Ex-economista do BNDES e do BID. Consultor econômico e autor do livro *Escritos itinerantes: economia e política*



A busca pelo desenvolvimento

Durante o século XX, principalmente dos anos 50 aos 90, predominou a convicção de que o Brasil caminhava firme para a categoria de desenvolvido. Encarando a ampliação do parque industrial como trilha correta para atingir a almejada categoria, foram concebidas políticas públicas destinadas a acelerar os investimentos nesse setor. Mediante o processo de substituição de importações, a execução de tais políticas utilizou mecanismos como subsídios, protecionismo, capital estrangeiro, projetos públicos e financiamentos do BNDES.

Nessa época o crescimento do PIB foi intenso e o país tornou-se relevante produtor de bens de consumo, insumos básicos e bens de capital. Ademais, construiu robusto sistema financeiro, dinamizou o setor de serviços em geral, progrediu em segmentos agropecuários e o padrão de vida de parte da população melhorou.

Agora, decorridas décadas de esforço para conquistar o *status* de desenvolvido, torna-se oportuno perguntar: podemos considerar o Brasil como vitorioso no avanço em direção a esse *status*? A qualidade de vida da

maioria da população equivale à desfrutada pela maioria dos habitantes dos Estados Unidos, Europa Ocidental, Canadá e Austrália? O trajeto percorrido pelo nosso país assemelha-se ao seguido por outros de relativamente recente desenvolvimento? As óbvias respostas a essas perguntas sugerem a necessidade de um esforço nacional de autocritica.

Este artigo não pretende explicar as causas da *performance* brasileira, o que demandaria a elaboração de um livro, mas sim limita-se a refletir sobre expectativas quanto ao futuro. Tendo em vista que as elevadas taxas de incremento do PIB registradas durante os tempos da substituição de importações não mais foram igualadas, deduz-se que o dinamismo da economia passou a depender de ingredientes mais complexos do que os utilizados no passado, vinculados a um estilo de políticas públicas jamais implementado.

Na identificação das fontes do insuficiente desenvolvimento é comum ocorrer, tanto na ação governamental quanto nos debates entre economistas, a predominância dos condicionantes conjunturais em detrimento

dos estruturais. Em meados do século XX a distinção entre a importância atribuída a cada uma dessas fontes manifestava-se mediante o antagonismo entre os chamados “monetaristas” e “estruturalistas” representados, respectivamente, pelos economistas conservadores liberais e os adeptos da Cepal. Porém, o teor litigioso desses dois enfoques não mais se justifica, tornando-se óbvia a viabilidade de um exercício de compatibilização entre ambos para a geração de resultados compensadores.

De fato, além dos condicionantes de caráter conjuntural, tais como equilíbrio fiscal, dívida pública, inflação, taxa de juros, câmbio e contas externas, nossas perspectivas também repousam sobre a atenção a fatores estruturais nunca priorizados. É incorreto atribuir essa crônica desatenção apenas aos sucessivos governos, mas sim reconhecer que, historicamente, a sociedade brasileira se absteve de reivindicar o combate aos constrangimentos estruturais ao desenvolvimento econômico e social. Refiro-me a temas como baixa qualidade da rede pública de educação básica, acentuada inequidade social, insuficiente poupança interna, débil taxa de investimento em ciência e tecnologia, reduzida competitividade, raquítico sistema de capacitação profissional, burocracia pouco estimulante ao investimento privado, infraestrutura defasada etc.

Um indicador que sintetiza a influência de todos os tipos de condicionantes ao desenvolvimento é a taxa de investimento registrada no país, isto é, o percentual do PIB ocupado pela formação bruta de capital fixo.

Resta torcer para que o Brasil saiba embarcar na próxima onda de oportunidades que surgir e possa enfrentar todos os gêneros de constrangimentos ao seu desenvolvimento

De acordo com o estudo *FBCF/PIB: como estamos em relação ao mundo*, de autoria do economista Francisco Pessoa Faria, da LCA Consultores, em 2022 a taxa de investimento verificada no Brasil foi de apenas 17,8% (caindo para 16,5% em 2023), enquanto a média mundial atingia 26,2% e a da América Latina excluído o Brasil chegava a 21,0%. Considerando o período 2010-2021, os países de alta renda *per capita* investiram em média o montante de 21,2% do PIB, os de renda *per capita* intermediária (como Peru, Costa Rica, Bulgária, Cazaquistão etc.) 24,1% e o Brasil 18%.

Vale destacar ainda o preocupante fato de que ao longo desse período o investimento em ciência e tecnologia efetuado no Brasil oscilou em torno de 1,12% do PIB, em contraste com 4,9% em Israel, 4,6% na Coreia do Sul e 3,5% em Taiwan. E aproximadamente 3,1% do investimento total ocorrido em nosso país foram direcionados à pesquisa e tecnologia, en-

quanto na Coreia do Sul essa relação atingiu 15,3% (fontes: IBGE e Banco Mundial). A dedicação nacional a esse setor é incompatível com a ambição de tornar-se desenvolvido.

Como resultado do quadro descrito, o país encontra-se distante daqueles que bem se posicionaram há relativo pouco tempo, tais como China, Coreia do Sul e Taiwan. Não há como ignorar o fato de que o Brasil encontrou dificuldades, neste século, em inserir-se satisfatoriamente nos fluxos mais vantajosos do mercado internacional, nem logrou ao longo da história forjar um mercado consumidor interno com dimensão propensa a estimular elevadas taxas de expansão do PIB.

Enfim, ao longo de várias décadas não foram aproveitadas satisfatoriamente as oportunidades oferecidas pelos contextos mundial e doméstico. Como consequência, embora o progresso verificado tenha sido significativo, não atingiu o grau suficiente para incluí-lo no clube dos desenvolvidos. Na verdade, convém lembrar que nenhum país da América Latina desfrutou de êxito nesse campo.

Quanto ao futuro, resta torcer para que o Brasil saiba embarcar na próxima onda de oportunidades que surgir e possa enfrentar todos os gêneros de constrangimentos ao seu desenvolvimento. Enquanto isso não acontecer crescerá a passos hesitantes, ao mesmo tempo que fatos positivos poderão acontecer em segmentos da economia. A taxa de incremento do PIB será flutuante, propiciando inclusive momentos de euforia, mas o perfil socioeconômico dificilmente ostentará melhorias profundas. ■